

# Política agrícola ou política ambiental para resolver os problemas da Amazônia?<sup>1,2</sup>

Alfredo Homma<sup>3</sup>

O território ocupado pela Amazônia brasileira é tão extenso (corresponde a 60% do território brasileiro) que nele cabe mais da metade dos países europeus. A contribuição econômica da região para o PIB nacional é, porém, de apenas 8%. Nessa região, vivem 25 milhões de habitantes, que representam 13% da população brasileira.

Mais de 72 milhões de hectares da Amazônia brasileira já foram desmatados, correspondendo a 17% do seu território, área duas vezes maior do que a do Japão ou da Alemanha, respectivamente a segunda e a quarta economia do mundo.

Dois grandes desafios se apresentam à exploração sustentável da Amazônia, ou seja, sem destruição. O primeiro refere-se à de como manter a *primeira natureza*, representada pela floresta original. O segundo é a de como transformar a *segunda natureza*, representada pelas áreas desmatadas, em uma *terceira natureza*, com atividades produtivas sustentáveis.

A Amazônia brasileira não é homogênea. Ela é dividida em nove estados e cada estado, como se fosse um país, apresenta diferentes tipos de atividade econômica e de formação histórica, social e política, a exigir tratamento

diferenciado. No Estado de Mato Grosso, a agricultura representa 24,9% do PIB; no Estado do Amazonas, a participação da agricultura é de apenas 5%; no Amapá, de 3,7%; em Roraima, de 7,7%; no Pará, de 9,2%; no Maranhão, de 16,6%; no Acre, de 16,8%; em Tocantins, de 18,5%; e em Rondônia, de 19,4%. A inclusão das áreas de Cerrado na Amazônia Legal tem sido motivo de diversos equívocos na contabilidade da destruição das florestas tropicais.

Na Amazônia, os problemas não são isolados. As questões ambientais derivam de problemas econômicos e sociais, que, por sua vez, dependem de soluções que ultrapassam os limites dessa região. Um desses problemas resulta do contínuo fluxo de migrantes nordestinos em direção à Amazônia, tangidos pela pobreza do Nordeste brasileiro, expressa na falta de alternativas econômicas nos locais de origem, na precária implantação de obras de infraestrutura, no limitado crescimento de mercado, na indisponibilidade de terras exploráveis, entre outros motivos. Vêm à Amazônia atrás da realização de sonhos e esperanças.

Outro fenômeno em curso refere-se à mudança que se processou na estrutura da população brasileira a partir da década de 1970. Na Amazônia, mais de 75% da população vive

<sup>1</sup> Original recebido em 5/1/2010 e aprovado em 5/2/2010. O autor expressa seus agradecimentos à International Association of Agricultural Economists, à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, à Fundação Heinrich Boll e ao Dr. Jan Börner, pela oportunidade de participar desse minissimpósio.

<sup>2</sup> KINGO, A.; HOMMA, O. Payments are not enough: arguments for an agricultural policy approach to forest conservation in the Amazon. In: CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL ASSOCIATION OF AGRICULTURAL ECONOMISTS, 27., 2009, Beijing, CN. **Mini Symposium:** "Conservation payments for sustainable agriculture in the Amazon: innovation or wishful thinking?". [S.l.]: IAAE, 2009. Tradução livre.

<sup>3</sup> Agrônomo, Doutor em Economia Rural, pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, Belém, Pará. E-mail: homma@cpatu.embrapa.br

nas cidades. A partir de 1970, a população rural brasileira vem decrescendo a cada ano, fenômeno que se repete com a população rural da Amazônia desde 1991. Isso é um indicador de que precisamos aumentar a produtividade da terra e da mão de obra, o que não coaduna com atividades de baixa produtividade, como o extrativismo vegetal.

Há muitas propostas visando à salvação da floresta amazônica. Uma que teve grande repercussão refere-se à criação de reservas extrativistas, proposta essa que ganhou forte impacto, sobretudo depois do assassinato de Chico Mendes, em 1988. Mas a atividade extrativa só é viável enquanto o mercado for pequeno; quando o mercado começa a crescer, os agricultores passam a explorar a agricultura e, em sequência, ocorre o colapso dessa atividade. Esta também é a história de mais de 3 mil plantas cultivadas no mundo inteiro. A primeira maçã que Adão e Eva provaram no Paraíso foi uma maçã extrativa. A economia extrativa compreende três fases: a expansão, seguida pela estabilização e finalmente pelo declínio. Na sequência, vem o manejo dos recursos naturais e a domesticação das plantas, que pode evoluir para a produção de sintéticos.

Outra proposta está relacionada à implantação de sistemas agroflorestais, baseada na experiência de imigrantes japoneses na Amazônia. Trata-se de um sistema adequado à ocupação de áreas degradadas, cujo sucesso vai depender do mercado das plantas componentes, tais como cacau, seringueira, castanha-do-pará, cupuaçu, açaí, reflorestamento, dendê, entre outras. Culturas anuais e pastagens exigem áreas extensas que possam atender às demandas do mercado, em contraposição aos cultivos perenes, que requerem apenas um décimo dessas áreas para garantir o abastecimento interno, suprimir as importações e gerar excedentes para a exportação.

Para garantir a redução dos desmatamentos verificados nos últimos 4 anos, é importante incorporar áreas degradadas na mesma proporção da sua supressão, sob o risco de provocar a desativação das atividades produtivas. As atuais

políticas ambientais praticadas no País vêm, infelizmente, desprezando esse fato.

Outro aspecto a considerar refere-se à importância que a agricultura da Amazônia brasileira representa no cenário nacional. A Amazônia concentra a seguinte produção, em termos nacionais: bovinos (35%), bubalinos (70%), dendê (83%), pimenta-do-reino (85%), soja (33%), arroz (30%), mandioca (36%), algodão (49%), entre outras.

É preciso modernizar o *shifting cultivation* baseado no processo neolítico da derruba e queima, praticado por mais de 600 mil pequenos produtores, atividade que se perpetua desde os primórdios da ocupação, utilizada, por exemplo, pelos assentados do Incra e pelas invasões. Precisamos intensificar a agricultura, utilizar mais fertilizantes e mecanização agrícola, desenvolver tecnologias apropriadas, melhorar a infraestrutura social nas fronteiras abertas e fortalecer a garantia contra invasões.

Há quem seja contra a atividade pecuária na Amazônia. Mas não podemos esquecer que as pastagens representam a maior forma de uso da terra na Amazônia. Cerca de 51 milhões de hectares, representando 70% da área desmatada até o momento, são de pastagens em diferentes estágios de degradação. Trata-se de uma pecuária (de corte e leite) de baixa produtividade, tanto do tamanho do rebanho quanto das pastagens. Seria possível reduzir a área de pastagens pela metade e manter o mesmo rebanho mediante o aumento da produtividade. Os Estados Unidos, com a metade do rebanho nacional, produzem mais do que o dobro de carne do Brasil.

O mesmo ocorre com as culturas alimentares, como a mandioca e o arroz. A produtividade de mandioca no Pará (maior produtor) é de 15 t/ha, enquanto, no Paraná (segundo produtor), os agricultores conseguem obter o dobro ou o triplo dessa produção. A produtividade de arroz é de apenas 1.500 kg/ha nas áreas derrubadas e queimadas.

Outra solução plausível é reflorestar áreas que precisam ser preservadas. Na Amazônia

brasileira, somente 6% da área foi, até agora, reflorestada, o que corresponde a um pouco mais de 300 mil hectares. Isso representa uma vez e meia a área reflorestada no Estado do Espírito Santo. É preciso ampliar o reflorestamento até dez vezes aquilo que é praticado e também substituir o modelo de extração de madeiras de florestas nativas.

Duas plantas da Amazônia – o cacau e a seringueira –, que foram muito importantes no passado, foram levadas para países africanos e asiáticos, onde se tornaram importantes cultivos. Atualmente, o Brasil importa  $\frac{1}{3}$  do que necessita em cacau, e 75% da sua demanda de borracha natural. É muito! É preciso plantar mais de 100 mil hectares de plantas de cacau e 200 mil hectares de seringueiras, que possam substituir essas importações e, assim, gerar emprego e renda para a população da Amazônia.

Outra atividade promissora é o cultivo do dendê. Atualmente, o Brasil importa  $\frac{2}{3}$  do que é consumido, indicando que precisamos plantar mais de 120 mil hectares dessa palmeira para substituir a importação. Se forem consideradas as possibilidades de produção de biodiesel a partir do dendê, precisaremos acrescentar uma produção de mais 200 mil hectares.

Há dezenas de produtos da biodiversidade, como fruteiras, plantas medicinais e aromáticas, que poderiam ser explorados nas áreas desmatadas e também para recuperar áreas degradadas. A título de exemplo, citem-se a castanha-do-pará, o pau-rosa e o açaí. O discurso da biodiversidade precisa sair do contexto abstrato e focar, com metas efetivas, na biodiversidade do passado e do presente, incorporando a exploração de novas plantas.

Como já foi dito, há necessidade de desenvolver um novo modelo de pecuária na Amazônia, concentrando um mesmo rebanho em áreas bem menores, e liberando a outra parte para a regeneração dos pastos e para outras atividades sustentáveis. A área ocupada por 12 milhões de hectares de culturas anuais também pode ser explorada com mais produtividade. Da mesma forma, os 600 mil hectares

utilizados para cultivos perenes podem ser dobrados ou triplicados.

Outro importante tópico está na recuperação de áreas que deveriam ter sido preservadas, como as margens e as nascentes dos rios, os morros, as áreas de interesse da biodiversidade e também para compor as Áreas de Preservação Permanente (APP) e a Área de Reserva Legal (ARL). Aqui há dois caminhos: ou explorar economicamente ou deixar que a natureza promova a recuperação.

Há ainda a questão do problema ambiental urbano na Amazônia. Na calha do rio Amazonas e seus afluentes, estão localizadas médias e grandes cidades, algumas delas, como Manaus e Belém, com mais de 2 milhões de habitantes. Como o rio fica na parte mais baixa da região, todo o esgoto é drenado para a calha do rio Amazonas. Como muitos dos afluentes do rio Amazonas têm nascentes nos países vizinhos, onde também são feitos desmatamentos nas cabeceiras dos rios, é preciso que a solução venha por um empenho coletivo, ou seja, pela formação de um “condomínio dos países da bacia Amazônica”, para garantir a integridade da bacia. Não se descartam também os riscos de vazamento decorrentes da extração de petróleo nas Amazônias brasileira, peruana e equatoriana.

Na Amazônia Legal, somente 11% das estradas são asfaltadas, apenas 36% das propriedades rurais possuem energia elétrica, 2 milhões de famílias recebem o Bolsa Família (representando 17% do total nacional para garantir sua sobrevivência) e há mais de 214 mil pessoas infectadas com malária. Enfim, a região apresenta um baixo IDH.

Existe um reduzido contingente de cientistas na Amazônia. São somente 3 mil pesquisadores com nível de doutorado, envolvidos em todas as áreas do conhecimento, o que representa 4,5% do total nacional. Esse é um resultado muito pequeno se for considerado que, no Brasil, anualmente, são graduados 10 mil estudantes com nível de doutorado. O custo social da falta de um agressivo sistema

de pesquisa agrícola e de extensão rural pode ser traduzido pelo elevado nível de destruição dos recursos naturais.

No período de 7 a 18 de dezembro de 2009, representantes de 193 países participaram da 15ª Reunião das Partes sobre o Clima (COP-15), em Copenhague, na Dinamarca, para discutir o futuro das negociações climáticas, tendo proposto, entre outras coisas, medidas de redução da emissão de carbono.

Para os países desenvolvidos, a forma mais barata para reduzir as emissões de carbono é a supressão dos desmatamentos e das queimadas nos países tropicais. Com esse propósito, a região Amazônica deve receber especial atenção por parte dos promotores da redução das emissões dos desmatamentos e degradação florestal (REDD), na forma de medidas de prevenção da destruição da floresta e de controle do desmatamento, o que resultaria em mitigação das alterações climáticas. Muitas das propostas apresentadas não passam de assistencialismo ambiental e, se forem colocadas em curso, a internacionalização branca da Amazônia estará em marcha, transformando a Amazônia em paraíso para as ONGs e prescindindo dos parques investimentos federais na região.

A solução definitiva para a Amazônia vai depender da execução de um grande esforço de ampliação da fronteira do conhecimento científico e tecnológico. O Brasil, nos últimos 50 anos, mostrou ao mundo quatro grandes e bem-sucedidos empreendimentos: a exploração de petróleo de lâminas de água profunda, a fabricação de aeronaves regionais, o desen-

volvimento da agricultura nos Cerrados e a tecnologia dos biocombustíveis. Chegou a vez de fazer uma quinta revolução: a tecnológica na Amazônia.

É preciso advertir que a redução da destruição dos recursos naturais na Amazônia vai depender muito mais do desenvolvimento de atividades agrícolas sustentáveis em áreas desmatadas do que da coleta de produtos florestais e da venda dos serviços ambientais. A política agrícola pode fazer muito mais pelo meio ambiente do que a venda de serviços ambientais. Muitas comunidades de agricultura familiar devem estar iludidas, na crença de que vão sobreviver sem trabalhar, mediante a venda de serviços ambientais, quando, na verdade, estarão sujeitas às regras da oferta e procura a médio e a longo prazos.

Não é ocioso lembrar que a Amazônia precisa aumentar sua produtividade agrícola para reduzir a pressão sobre os recursos naturais, que é preciso promover a domesticação de plantas potenciais, e ainda substituir as importações de produtos tropicais (como seringueira, dendê, cacau). Por fim, necessita dar incentivo a iniciativas de recuperação de áreas que não deveriam ter sido desmatadas. Os problemas ambientais na Amazônia não são isolados, ou seja, têm conexão com outras regiões nacionais e outros países, e uma das soluções para resolvê-los pode estar relacionada à utilização das áreas desmatadas e de um forte aparato de pesquisa científica e de extensão rural. Precisamos construir o futuro da Amazônia em um cenário sem desmatamento e sem queimadas, independentemente de pressões externas.